



Serviço Social e educação: desafios do verbo esperançar

Adriana Freire Pereira Férriz,
Carlos Felipe Nunes Moreira,
Eliana Canteiro Bolorino Martins,
Ney Luiz Teixeira de Almeida e
Cristiano Costa de Carvalho
(Organizadores).



Serviço Social e educação: desafios do verbo esperançar

**Adriana Freire Pereira Férriz,
Carlos Felipe Nunes Moreira,
Eliana Canteiro Bolorino Martins,
Ney Luiz Teixeira de Almeida e
Cristiano Costa de Carvalho**
(Organizadores).



GEPESSE
Grupo de Estudos e Pesquisas sobre
Serviço Social na área da Educação

unesp



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

EDITORIA
IBERO-AMERICANA

FAPESP

CAPES

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

S514

Serviço social e educação [recurso eletrônico] : desafios do verbo esperar /
organização Adriana Freire Pereira Férriz ... [et al.]. - 1. ed. - Bauru [SP] :
Ibero-Americana de Educação ; Cultura Acadêmica, 2024.
recurso digital ; 10 MB

Formato: epub

Requisitos do sistema: adobe digital editions

Modo de acesso: world wide web

ISBN 978-65-86839-35-7 (recurso eletrônico)

1. Educação - Aspectos sociais - Brasil. 2. Serviço social - Aspectos educacionais.
3. Pesquisa Educacional. 4. Política Educacional. 5. Livros eletrônicos. I. Férriz, Adriana
Freire Pereira.

24-95166

CDD: 379

CDU: 37:364(81)



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

14/11/2024 14/11/2024

DOI: 10.47519/EIAE.978-65-86839-35-7

Esta publicação recebeu financiamento: - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior - CAPES - Brasil. PAEP-CAPES - Programa de Apoio a Eventos no País -
Processo: 88881.879611/2023-01; - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e
Tecnológico CNPq - Chamada Universal - 18/2021 - Faixa - Grupos consolidados - Processo
n. 407057/2021-8; - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)
processo n. 2023/10930-7.

As opiniões, hipóteses, conclusões ou recomendações expressas neste material são de respon-
sabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da CAPES, CNPq, FAPESP
e dos PPGSS da UNESP, UERJ e UFBA.



Equipe Técnica

Editoração e organização

Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor

Alexander Vinicius Leite da Silva
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor Adjunto Júnior

Déborah Crivellari
Editora Ibero-Americana de Educação
Editora e Revisora

Andressa Ciniciato
Editora Ibero-Americana de Educação
Assistente Editorial

Jonathan Teixeira
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer, Capista e Diagramador

André Luís Cordeiro Lopes
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer e Diagramador

André Vitor Gonçalves de Souza (MG)
Identidade Visual

Luma de Alencar Almeida (RJ)
Identidade Visual

Membros do Conselho Editorial

Editor

Dr. José Anderson Santos Cruz
FCLAr/Unesp

Editor Adjunto Jr.

Alexander Vinicius Leite da Silva
Unisagrado

Editores Associados

Arielly Kizzy Cunha
FAAC/Unesp

Carla Gorni
Centro Universitário UBM

Ivan Fortunato
Instituto Federal de São Paulo/Ufscar

Editora de Texto e Revisão

Déborah Crivellari
Unisagrado

Assistente Editorial

Andressa Ciniciato
Unisagrado

Editor Operacional

Flávio Moreira
UFSCar



Comitê Científico

Dra. Adriana Campani
UVA

Dra. Liliane Parreira Tannus Gontijo
UFU

Dr. Alfrâncio Ferreira Dias
UFS

Dra. Maíra Darido da Cunha
FABE

Dra. Ana Paula Santana
UFSC

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel
UCP

Me. Anaisa Alves de Moura
INTA - UNINTA

Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
UCS

Dr. Ari Raimann
UFG

Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
FCLAr (Unesp) – UFSCar

Dr. Breyenner R. Oliveira
UFOP

Dra. Marta Furlan de Oliveira
UEL

Me. Caique Fernando da Silva Fistarol
FURB

Dra. Marta Silene Ferreira de Barros
UEL

Dra. Claudia Regina Mosca Giroto
Unesp

Dra. Mirlene Ferreira Macedo Damázio
UFGD

Dra. Cyntia Bailer
FURB

Dr. Osmar Hélio Araújo
UFPB

Dr. Eládio Sebastián Heredero
UFMS

Dra. Rosebelly Nunes Marques
Esalq (USP)

Dra. Elisabete Cerutti
URI

Dra. Sandra Pottmeier
UFSC

Dr. Emerson Augusto de Medeiros
UFERSA

Dr. Sebastião de Souza Lemes
FCLAr (Unesp)

Dr. Fabiano Santos
UFMS

Dra. Shirlei de Souza Corrêa
Uniavan

Dra. Fátima Elisabeth Denari
UFSCar

Dr. Washington Cesar Shoite Nozu
UFGD

Dra. Helen Silveira Jardim de Oliveira
UFRJ

Comitê Internacional

Dra. Iracema Campos Cusati
UPE

Dr. Sidclay Bezerra de Souza
Universidad Católica del Maule

Dra. Kellcia Rezende Souza
UFGD

Dr. João Carlos Relvão Caetano
Universidade Aberta

Dra. Leonor Paniago Rocha
UFJ

Dr. Marc Marie Luc Philippe Jacquinet
Universidade Aberta



NOTAS DO PUBLISHER

Na Editora Ibero-Americana de Educação, nosso compromisso com a excelência se reflete em cada etapa do processo editorial, sempre guiados pela missão de produzir obras que tragam resultados excepcionais e atendam de forma satisfatória tanto aos autores quanto aos leitores. A revisão desta obra foi um processo enriquecedor, que exigiu dedicação, sensibilidade e um olhar atento às complexidades que permeiam o campo da educação.

Este livro não apenas informa, mas também envolve e emociona. Em comparação com edições anteriores, ele representa um marco significativo nos debates sobre o exercício profissional no contexto das políticas educacionais, oferecendo uma nova perspectiva e reafirmando a importância de uma compreensão crítica e contextualizada das dinâmicas educacionais. Esperamos que os argumentos aqui apresentados incentivem o leitor a investir tempo e reflexão, mergulhando em diferentes realidades educacionais que, embora diversas, compartilham questões fundamentais e formam a dinâmica contraditória e transformadora da política educacional contemporânea.

Desejamos que esta obra inspire reflexão e ação, e que continue a promover diálogos produtivos e transformadores sobre a educação em nossa sociedade.

Boa leitura!

José Anderson Santos Cruz
Editor-chefe da Editora Ibero-Americana de Educação



SUMÁRIO

PARTE I - CONFERÊNCIAS DO III SEMINÁRIO INTERNACIONAL E VII FÓRUM DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO – GEPESE.....23

Capítulo 1 - TENDÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NO BRASIL **24**

Por: Adriana Freire Pereira Férriz

Eliana Canteiro Bolorino Martins

Capítulo 2 - O RECONHECIMENTO DE ASSISTENTES SOCIAIS COMO PROFISSIONAIS DA E NA EDUCAÇÃO **42**

Por: Wagner Roberto do Amaral

Capítulo 3 - A ATUALIDADE E A RENOVAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR: DIÁLOGOS COM O SERVIÇO SOCIAL **60**

Por: Eblin Farage

Capítulo 4 - ATUALIDADE E RENOVAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR NO SERVIÇO SOCIAL: CINCO DESAFIOS NA ESFERA PARTICULAR DO FAZER PEDAGÓGICO **75**

Por: Carlos Felipe Nunes Moreira

Capítulo 5 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO EM ANGOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL **86**

Por: Amor António Monteiro

Simão João Samba

Capítulo 6 - EL SISTEMA EDUCATIVO ARGENTINO. EL CASO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES: EDUCACIÓN Y TRABAJO SOCIAL **97**

Por: Eliana Grisel Vasquez

Capítulo 7 - LIVROS E COLETÂNEAS LANÇADOS NO III SEMINÁRIO INTERNACIONAL E IV FÓRUM DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO DO GEPESE (2023) **111**



PARTE II - DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS 120

Capítulo 1 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL DO SÉCULO XXI **121**

Por: Rafael Gonçalves dos Santos

Eliana Bolorino Canteiro Martins

Yukari Yamauchi Moraes

Capítulo 2 - EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA E SERVIÇO SOCIAL **138**

Por: Paula Cunha Guimarães Batatel Belmonte Santana

Capítulo 3 - O ENTRELACE ENTRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PE-DAGÓGICA E O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO NO SERVIÇO SOCIAL **157**

Por: Williana Angelo

Capítulo 4 - PAULO FREIRE E OSSABERES NECESSÁRIOS: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS **177**

Por: Fernanda Andrade Garcia

Gustavo José de Toledo Pedroso

Capítulo 5 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA CIDADE DE GOIÁS: CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA LUTA ANTIRRACISTA **192**

Por: Edgar Antônio Nery Alves Camelo

George Francisco Ceolin

Tereza Cristina Pires Favaro

Capítulo 6 - A TRAJETÓRIA DO NÚCLEO DE MAPEAMENTO E ARTICULAÇÃO EM RUPTURA - O SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA **209**

Por: Aline Miranda Cardoso

Arlene Vieira Trindade

Jéssica Oliveira Monteiro

Patricia Lima do Nascimento



PARTE III - EDUCAÇÃO BÁSICA.....222

Capítulo 1 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: ESTUDO INTER-DISCIPLINAR **223**

Por: Elaine Cristina Estevam

Maria José de Oliveira Lima

Capítulo 2 - QUEM APRENDE COM FOME? POSSIBILIDADE DE ARTICULAÇÃO COM A REDE ATRAVÉS DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO **237**

Por: Eduardo Lima

Maria Fernanda Avila Coffi

Ewerton da Silva Ferreira

Capítulo 3 - ASSISTENTE SOCIAL E A INTERLOCUÇÃO COM A CATEGORIA DOCENTE NA EDUCAÇÃO: UM LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA **252**

Por: Amanda Bersacula

Zoia Prestes

Capítulo 4 - EDUCAÇÃO E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS: UM OLHAR PARA A REALIDADE LONDRINENSE DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA (COVID-19) **270**

Por: Maria Gabriela Pereira da Silva

Ana Patrícia Pires Nalesso

Capítulo 5 - O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – MG **286**

Por: Cristiano Costa de Carvalho

Eliana Bolorino Canteiro Martins

Eunice Paulo Chichava

Juliana Viegas Guimarães



Capítulo 6 - O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE CAMPINA GRANDE COMO EXPRESSÃO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO ESTADO DA PARAÍBA **304**

*Por: André Monteiro Moraes
Edna Medeiros do Nascimento
Kivania Karla Silva Albuquerque Cunha
Maria Dolores Melo do Nascimento
Maria Noalda Ramalho*

PARTE IV - EDUCAÇÃO ESPECIAL, EJA E MOVIMENTOS SOCIAIS EM EDUCAÇÃO321

Capítulo 1 - EDUCAÇÃO COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO LOCAL PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES REFUGIADOS **322**

*Por: Flávia Pacheco Sanchez
Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni
Ariane Rego Paiva*

Capítulo 2 - A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA MULHERES NEGRAS E A INCLUSÃO DIGITAL COMO FERRAMENTA EMANCIPATÓRIA **339**

*Por: Ana Laura Batista Marques
Maria Yumi Buzinelli Inaba*

Capítulo 3 - DIÁLOGOS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA **354**

*Por: Fábí Halana Fonseca Rodrigues Pita
Maria Francisca Máximo Dantas
Thélia Priscilla Paiva de Azevedo*



Capítulo 4 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO PERMANENTE: A CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO DE SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (NSEPP-UERJ) **368**

Por: Ney Luiz Teixeira de Almeida

Natália Ibiapino Proença

Edilene Rodrigues de Santana Silva

Brenda do Nascimento Gama

Yasmin Oliveira Burgos

Capítulo 5 - RACISMO E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A INFÂNCIA E JUVENTUDE NEGRAS NO BRASIL **384**

Por: Adeildo Vila Nova

Capítulo 6 - EDUCAÇÃO DO CAMPO: A RESISTÊNCIA EM PERMANENTE CONSTRUÇÃO **399**

Por: Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

Marize Rauber Engelbrecht

Vantuir Trevisol

PARTE V - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 416

Capítulo 1 - PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: DA GÊNESE ATÉ A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA **417**

Por: Yara Dias Fernandes

Capítulo 2 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: A SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL **434**

Por: Lilian Aparecida Carneiro Oliveira

Lilian Perdigão Caixêta Reis

Emmanuella Aparecida Miranda



Capítulo 3 - AS TENDÊNCIAS DO TRABALHO NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E SUA RELAÇÃO COM A FORMA DE ORGANIZAÇÃO ESTATAL **447**

Por: Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira

Capítulo 4 - PAULO FREIRE: O INSPIRADOR DO ASSISTENTE SOCIAL QUE TRABALHA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA **465**

Por: Nívia Barreto dos Anjos

Mariana Mendes Novais de Oliveira

Capítulo 5 - SAÚDE E BEM-ESTAR NO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE BEM COM A VIDA NO FORMATO ON-LINE **483**

Por: Tatiana Pereira Sodré

Alexandra de Oliveira Rodrigues Marçulo

Wilma Moraes

Capítulo 6 - TENDÊNCIAS DO MUNDO DO TRABALHO: EXPRESSÕES DE UM “MODUS OPERANDI” NO LABOR DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS IFETs **501**

Por: Lígia da Nóbrega Fernandes

PARTE VI - ENSINO SUPERIOR519

Capítulo 1 - ALÉM DA EQUIDADE: O ENGAJAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA UNICAMP **520**

Por: Vanilda Soares Santos

Cibele Papa Palmeira

Vanessa Tank Piccirillo Komesu

Franciana Nogueira Correa

Sônia Maria Pereira



Capítulo 2 - O TRABALHO DAS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA **534**

Por: Joelma Mendes dos Santos

Capítulo 3 - A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (AE) NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (IFES): UMA ARTICULAÇÃO ENTRE DIREITOS HUMANOS (DH) E POLÍTICAS SOCIAIS (PS) PARA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO **550**

Por: Célia Maria Grandini Albiero

Maísa Miralva da Silva

Ricardo Barbosa de Lima

Capítulo 4 - RELATO DE EXPERIÊNCIA - O TRABALHO DO(A) PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL NA UFPR: AÇÕES AFIRMATIVAS EM FOCO **567**

Por: Ivanice de Oliveira Candido Neres

Jaqueline Budny

Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

Capítulo 5 - INDICADORES SOCIAIS E ANÁLISE SOCIOECONÔMICA: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA **584**

Por: Merielle Martins Alves

Clara Rodrigues da Cunha Oliveira

Capítulo 6 - A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À UNIVERSIDADE PÚBLICA: MIGRAÇÃO, PERMANÊNCIA E OS FATORES SIMBÓLICOS NAS TRAJETÓRIAS ESTUDANTIS **599**

Por: Fernanda Rodrigues Arrais

Capítulo 4

PAULO FREIRE E OS SABERES NECESSÁRIOS: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS.

Por:

Fernanda Andrade Garcia

Gustavo José de Toledo Pedroso



Fernanda Andrade Garcia¹⁴
Gustavo José de Toledo Pedrosa¹⁵

<https://doi.org/10.47519/eiae.p2c4>

INTRODUÇÃO

Na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014, p. 16), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é caracterizado como um serviço que tem em vista o “alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social”. Pensando em sua efetivação, ou seja, em como ele é de fato e em como ele deve ser executado na prática cotidiana, o SCFV¹ em sua descrição geral é definido como uma “forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território” (Brasil, 2014, p. 16).

Objetivos tão desafiadores como esses exigem alguma ponderação em relação - para emprestar uma expressão de Paulo Freire - aos saberes necessários à prática socioeducativa. Para isso, examinaremos como Freire entende alguns elementos que constituem a prática pedagógica. Em primeiro lugar, veremos o significado de criatividade, sua importância e relação fundamental com a curiosidade, com a atitude filosófica e com a educação para a transformação. Em segundo lugar, pensaremos sobre a importância de fundamentar uma compreensão da realidade social como uma realidade contingente e não necessária, noutras palavras, perceber o tempo como um tempo de possibilidades de mudança e não de determinismos. Em terceiro lugar, veremos algumas ponderações acerca da noção de experiência. Em quarto, refletiremos sobre as qualidades da escuta e sua possível centralidade no trabalho socioeducativo. Por fim, examinaremos o conceito de utopia em Paulo Freire e como ele pode nos ajudar a pensar a práxis dos assistentes sociais no contexto do trabalho socioeducativo. O caminho traçado por este texto pretende, portanto, abordar questões que alimentam conflitos e debates no cotidiano de assistentes sociais que atuam em espaços socioeducativos. Pretendemos dialogar com essas questões principalmente a partir dos escritos de Freire. Os elementos aqui abordados foram colhidos através de uma leitura detida e crítica de textos dele e de outros autores, bem como dos documentos que orientam a atuação dos profissionais do SCFV.

Assim, a proposta deste artigo é de admirar as possibilidades de atuação socioeducativa, mais especificamente no espaço do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Admirar no sentido que Freire (2022b, p. 56-57) propõe em seu livro Educação e mudança, isto é, uma ação que configura mais do que simplesmente olhar para o objeto, já que olhar não necessariamente significa enxergar aquilo que se olha em sua integralidade. Admirar as possibilidades do trabalho socioeducativo é olhá-las de dentro, reconhecê-las. Ora, para os trabalhadores que executam essas atividades algumas questões do cotidiano podem se

¹ Usaremos, ao longo deste artigo, a abreviação comum (SCFV) para nos referir ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.



tornar tão comuns a ponto de serem quase imperceptíveis. O nosso convite é, portanto, o de “ad-mirar, olhar por dentro, separar para voltar a olhar o todo ad-mirado, que é um ir para o todo, um voltar para suas partes, o que significa separá-las” (Freire, 2022b, p. 56-57) e, no fundo, elaborar essas ações que se implicam dialeticamente.

O SUJEITO CRIATIVO E CURIOSO

Se podemos definir o espaço do SCFV como uma “forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras” (Brasil, 2014, p. 16), uma capacidade que desempenha grande importância na atuação dos assistentes sociais no SCFV é a capacidade de criação, em outros termos, a faculdade de criar e imaginar. Assim, é necessário discutir do ponto de vista epistêmico o significado de “criatividade” e de “imaginação”. Para isso, devemos examinar o que Paulo Freire disse sobre essas capacidades em seu livro *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*.

Para Freire, existe uma conexão fundamental entre a criatividade, a imaginação e o processo que deflagra no sujeito criativo a curiosidade crescente. “Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos” (Freire, 2019, p. 33). Note-se que o exercício da curiosidade é anterior ao processo criativo. Esse exercício, para Freire, pode passar por um desenvolvimento que na prática se torna cada vez mais rigoroso. A curiosidade, como parte integrante do fenômeno vital, desencadeia-se a partir do sentimento de inquietação diante do mundo, de um saber que reconhece, ou ao menos sente, a sua incompletude e que, incompleto, se põe a investigar. Segue-se daí o exercício da curiosidade.

Freire faz, contudo, uma distinção importante para o nosso entendimento da noção de curiosidade. De um lado, a curiosidade ingênua; e de outro lado, a curiosidade epistemológica. A primeira diz respeito ao saber do “senso comum”, uma manifestação da inquietação indagadora, da inclinação ao desvelamento de algo, da pergunta verbalizada ou não, da procura do esclarecimento, do sinal de atenção que sugere alerta (Freire, 2019, p. 33). A segunda se refere a superação da curiosidade ingênua que, por meio da crítica, torna-se cada vez mais metodologicamente rigorosa e segue da ingenuidade para a criticidade e, conseqüentemente, compreendendo seus achados com maior exatidão. A curiosidade epistemológica, portanto, é aquela que em seu exercício desenvolve um conhecimento e um aprimoramento de seus métodos com a intenção de conhecer o mundo de maneira mais rigorosa.

Entretanto, é importante notar que mesmo que o autor faça essa distinção, ele ainda enfatiza a identidade entre esses dois tipos de curiosidade: “Na verdade, a curiosidade ingênua que, ‘desarmada’, está associada ao saber do senso comum, é a mesma curiosidade que, criticizando-se, aproximando-se de forma cada vez mais metodicamente rigorosa do objeto cognoscível, se torna curiosidade epistemológica” (Freire, 2019, p. 33). É possível dizer, portanto, que a curiosidade ingênua e a curiosidade epistemológica têm a mesma natureza.

É pelo exercício dessa curiosidade que criamos e imaginamos o mundo: “o exercício da curiosidade convoca a imaginação, a intuição, as emoções, a capacidade de conjecturar, de comparar, na busca pela perfilização do objeto ou do achado de sua razão de ser” (Freire,



2019, p. 85). A experiência de imaginar e criar implica o desejo de compreender o mundo com maior exatidão, profundidade e clareza, de ampliação do saber. Assim, um posicionamento apático diante da realidade e seus desafios é um posicionamento substancialmente avesso à criatividade e à mudança.

Outro ponto que pode ser relevante para a nossa discussão é a importância do empreendimento de uma certa atitude filosófica para a atuação no SCFV. Se aceitarmos que a curiosidade, a criatividade e a imaginação são saberes necessários à prática socioeducativa, não seria um absurdo sugerir que existe uma conexão inevitável entre essas categorias e uma atitude filosófica. Para desenvolver essa relação teremos como referência o artigo “E se as unhas roessem os meninos?: vendo a formação ao modo - ou à moda - da filosofia”, de Terezinha Azerêdo Rios.

Rios (2018, p. 17), propõe que a filosofia é a prática de uma atitude de permanente crítica:

De um olhar que procura voltar-se para a realidade no sentido de vê-la com clareza, profundidade e abrangência. Ver com clareza, tentando superar os obstáculos que às vezes embaraçam nosso olhar, armadilhas que se colocam para que nos enganemos. Com profundidade, isto é, de maneira radical, indo às raízes, procurando os fundamentos, as causas. Com abrangência, levando em conta todos os aspectos - muitas vezes contraditórios - dos objetos para os quais nos voltamos e os diversos pontos de vista que exigem para observá-los.

Essa atitude, aliada à curiosidade, à criatividade e à imaginação se tornam elementos indispensáveis para constituir o terreno onde serão pensadas, executadas e vividas as relações no cotidiano do SCFV. Parece necessário ao planejamento de uma intervenção social com o objetivo de criar situações desafiadoras, estimular e orientar os usuários na construção e reconstrução de suas histórias, que os assistentes sociais envolvidos assumam uma postura inquieta, curiosa, criativa e de uma busca amorosa pelo saber.

É dessa relação que, para Freire (2019, p. 67), resulta o processo de aprendizado para a transformação. Interessante pensar na assistente social que desempenha o trabalho socioeducativo como uma pessoa que tem a necessidade de aprender, é necessário para aquele que ensina assumir uma postura de também aprendiz. As atividades desenvolvidas no SCFV dão-se fundamentalmente durante o convívio social. A atuação socioeducativa crítica tem um caráter dinâmico e complexo. Por essa razão, ela demanda um processo contínuo de aprendizagem por parte de seus executores. Precisamos assumir a importância dessa capacidade de “aprender não apenas para nos adaptar, mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a” (Freire, 2019, p. 67), para superar os elementos da imediatividade e, compreender as mediações necessárias, desvelar a realidade.

É possível dizer, portanto, que nesses termos não falamos da necessidade do exercício de uma razão instrumental, isto é, um exercício utilitário e pragmático da razão, já que essa abordagem é antagônica ao que Freire sugere e ao que determina a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. Por um lado, essa perspectiva da razão instrumental pode indicar o uso do pensamento direcionado à eficiência e o sucesso prático, levando ao conformismo e reduzindo sua capacidade crítica. Por outro lado, a razão que se alia à curiosidade, à criatividade e à



imaginação exige a articulação de uma sensibilidade profundamente crítica. “É nesse sentido que podemos falar numa razão imaginante, numa razão sensível, uma razão apaixonada - por que não?” (Rios, 2018, p. 18).

Schiller (Carta XIV, 2017, p. 69), em *A educação estética do homem*, pode nos dar uma pista desse vínculo entre razão e sensibilidade quando, ao falar da maneira pela qual um ser humano realiza sua humanidade, afirma que: “deve contrapor-se um mundo por ser pessoa, e ser pessoa por se lhe contrapor um mundo. Deve sentir por ser consciente e ser consciente por sentir”. Há, portanto, no exercício dessa razão um esforço pelo desvelamento das coisas, pela compreensão profunda e, com efeito, a crítica da realidade e das relações sociais.

Torna-se necessário para uma atuação socioeducativa, principalmente no SCFV, o exercício dessas capacidades. Ora, se resgatarmos um trecho do primeiro eixo norteador para o desenvolvimento das atividades no SCFV, o eixo “Eu comigo”, veremos que ele estabelece que “é preciso compreender as particularidades de cada estágio da vida para oportunizar as falas, as expressões e as manifestações, tendo em vista romper com visões que desqualificam suas potencialidades, aptidões e interesses” (Brasil, 2022, p. 25). A partir disso, é importante notar aqui a necessidade de um profissional que pense e desafie os usuários a pensar para além da imediatividade, para além do que aparece, resgatando aquilo que é e por meio desse movimento desempenhe uma crítica que rompa com o saber para a adaptação e potencialize o saber para a transformação.

Se retomarmos, agora, aos argumentos de Freire (2019, p. 96), em *Pedagogia da autonomia*, poderemos perceber melhor o ponto onde se conectam todos os argumentos dessa primeira parte do nosso trabalho. No capítulo onde o autor discute a necessidade de compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo, ele afirma:

Outro saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativo-crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que, para além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas.

Logo, sugerimos que para a fundamentação desse esforço em reproduzir e desmascarar a ideologia dominante é necessário o exercício da curiosidade, da criatividade, da atitude filosófica e da razão sensível. De outra forma, esse esforço poderia terminar, ou mesmo morrer, em uma prática conformista que enquadra os sujeitos em seus “papéis” na sociedade. Sustentamos aqui uma atuação socioeducativa crítica, viva e desafiadora. Essa defesa, por assim dizer, não decorre de uma arbitrariedade, pois, buscamos nos amparar nas orientações dos documentos que orientam a atuação dos profissionais no SCFV.

Mas existe, ainda, um elemento nessa exposição inicial que requer maior investigação. Trata-se do argumento segundo o qual uma educação crítica, como forma de intervenção no mundo, deve revelar-se dialética e contraditória. Passemos a isso.



UM TEMPO DE POSSIBILIDADE

Para Freire (2019, p. 4), um dos primeiros saberes necessários para o profissional que, inserido no contexto das ações do SCFV, em territórios marcados pela vivência das vulnerabilidades sociais, ou nas palavras do autor “traição a nosso direito de ser”, que pretende desenvolver atividades com o objetivo de proporcionar um espaço para a elaboração de alternativas emancipatórias dos indivíduos ou grupos atendidos, como descreve os documentos orientadores do serviço, é a “convicção de que a mudança é possível”.

Esse assistente social, pautado não só pelas orientações do serviço mas também pelo seu Código de Ética, pode pretender “que a sua presença vá se tornando convivência, que seu estar no contexto vá virando estar com ele” (Freire, 2019, p. 74). Pois bem, aqui parecemos encarar o íntimo do SCFV, a transformação da presença, não só do profissional mas do grupo como um todo, em convivência. Contudo, de que maneira Paulo Freire considera que ocorre essa transformação?

Os elementos que compõem essa transformação, para o autor, estão presentes na capacidade do sujeito de perceber a realidade, ou a história, como tempo de possibilidade e não de determinação. “O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que o ocorre, mas também o de quem intervém, como sujeito de ocorrências” (Freire, 2019, p. 74-75). Aqui, o trabalho socioeducativo aparece sob uma ótica da relação entre diagnóstico da realidade e mudança da realidade.

Em um dos documentos que orienta a execução do SCFV, o Perguntas Frequentes Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), existe um trecho que discorre sobre o que o SCFV deve oportunizar, o texto expressa: “espera-se que as conversações e os fazeres realizados no SCFV sejam ocasiões para ensinarem entre os profissionais e os usuários, [entre outras coisas] [...], o reconhecimento de limites e possibilidades nas situações vividas” (Brasil, 2022, p. 31).

Além disso, como já havíamos dito anteriormente, essas aquisições têm como objetivo principal o alcance de alternativas emancipatórias. Parece importante para essa ação a escuta, que veremos mais adiante, mas também a compreensão de que a realidade social não é necessária, mas contingente, isto é, de que “a realidade está sendo esta como poderia ser outra, e é para que seja outra que precisamos, os progressistas, lutar” (Freire, 2019, p. 73). Afinal, como um profissional pode facilitar a compreensão dos limites e possibilidades nas situações vividas se a sua própria perspectiva é de que a realidade só pode ser a que está sendo e não outra? Se na sua atuação e concepção de mundo não há a convicção - muito bem justificada - das possibilidades de mudança?

É justamente nessa ideia necessária que Freire vai assentar sua compreensão de educação crítica como forma de intervenção no mundo. A mudança, fundamentalmente relacionada com o alcance de alternativas emancipatórias, implica uma dialética entre a denúncia da realidade desumanizante e o anúncio das possibilidades reais de superação. Portanto, é necessário ao assistente social que pensa, organiza e executa as ações no SCFV, compreender esse movimento dialético e contraditório da realidade e, ao mesmo tempo, buscar, nas suas



atividades, a vivência do processo de construção de uma práxis revolucionária concreta, ou seja, de crítica à realidade estabelecida e de identificação das possibilidades reais de mudança.

Essa práxis se fundamenta no diagnóstico de tempo presente, se preocupa com a materialidade da história e de suas relações, no empenho de compreender o presente histórico. Entretanto, não se limita a isso, a partir desse mesmo diagnóstico encontra a sua própria denúncia. É como uma contradição consciente que “implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento” (Freire, 2019, p. 96) de forma dialeticamente contraditória.


UM GESTO DE INTERRUPÇÃO

Parece fundamental para o nosso estudo que nos voltemos um pouco mais demoradamente para os encontros que constituem o SCFV. Pode-se dizer que esses encontros são como uma “experiência”. Sem essa experiência não há curiosidade ou criatividade, não há o agora ou o depois, não há, de fato, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. É importante perceber que a experiência acontece, sendo o sujeito dessa experiência ciente dela ou não.

Um elemento que pode auxiliar nossa argumentação diz respeito à notória quantidade de vezes que a palavra “experiência” se repete ao longo da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais² quando o assunto é SCFV. Para darmos alguns exemplos, no item “aquisições dos usuários”, entre as três seguranças que devem ser aprofundadas no serviço, a palavra “experiência” aparece repetidas vezes na segurança de convívio familiar e comunitário e na segurança de desenvolvimento da autonomia. Na primeira ela se apresenta da seguinte maneira: “Vivenciar experiências que contribuam para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” e “Vivenciar experiências que possibilitem meios e oportunidades de conhecer o território e (re)significá-lo, de acordo com seus recursos e potencialidades” (Brasil, 2014, p. 22, grifo nosso). Já na segunda, ela aparece em 10 dos 20 tópicos que descrevem a segurança de desenvolvimento da autonomia, alguns exemplos são: “Vivenciar experiências que possibilitem o desenvolvimento de potencialidades e ampliação do universo informacional e cultural”, “Vivenciar experiências para relacionar-se e conviver em grupo” e “Vivenciar experiências de desenvolvimento de projetos sociais e culturais no território e a oportunidades de fomento a produções artísticas” (Brasil, 2014, p. 22-23, grifo nosso). Nesse contexto, parece haver uma importante interseção entre experiência, convivência, cultura, território e autonomia. Vejamos, agora, algumas reflexões acerca dessa intersecção.

Para nos ajudar neste tópico, abordaremos alguns dos elementos apresentados por Jorge Larrosa, em seu livro Tremores: escritos sobre experiência. Em primeiro lugar, é necessário tentarmos compreender o que é essa experiência de que falamos. Valendo-se de uma passagem de Kertész, Larrosa dá uma definição de experiência que oferece algumas pistas para nossa reflexão acerca desta questão:

² Na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais a palavra “experiência” ou “experiências” aparece 24 vezes ao longo das 9 páginas dedicadas aos Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.




A experiência é o que me acontece e o que, ao me acontecer, me forma ou me transforma, me constitui, me faz como sou, marca minha maneira de ser, configura minha pessoa e minha personalidade. Por isso, o sujeito da formação não é o sujeito da educação ou da aprendizagem e sim o sujeito da experiência: a experiência é a que forma, a que nos faz como somos, a que transforma o que somos e o que converte em outra coisa (Larrosa, 2022, p. 48).

O autor sugere que Kertész está se referindo à ideia de que “a história produziu as experiências que determinam sua personalidade. O que ele é, o é pelas experiências históricas que viveu, pelo modo como viver o que o seu tempo lhe permitiu viver, o fez viver” (Larrosa, 2022, p. 48). Por outro lado, Larrosa (2022, p. 49) lembra que as experiências na sociedade capitalista têm como efeito a destruição da personalidade. “O que vivi, parecia dizer Kertész, o que milhões de pessoas como eu viveram, é a sensação de não ter vivido a própria vida, a sensação de não haver tido uma vida própria [...]. Nós não pudemos reconhecer a nós mesmos no que vivíamos, [...] foi algo estranho a nós [...]” (Larrosa, 2022, p. 49-50).

Se tomarmos a perspectiva de Larrosa como válida, podemos perceber algo de importante na intersecção entre experiência, convivência, cultura, território e autonomia. Se a experiência é, por um lado, aquilo que nos constitui e nos transforma e, por outro lado, essa experiência na sociedade em que vivemos nos é estranha, qual é o tipo de experiência vivida pelos atendidos do SCFV? Que tipo de experiência possibilitaria o desenvolvimento de potencialidades, da autonomia ou da convivência?

Não seria incorreto sugerir que o maior objetivo das atividades no SCFV seja, por meio de seus encontros, proporcionar um espaço onde os sujeitos possam, individual e coletivamente, desvelar essa relação fundamental entre experiência, convivência, cultura, território e autonomia. Freire (2022a, p. 49) afirma que como educadores temos uma responsabilidade ética de “revelar situações de opressão”. Isto é, desenvolver métodos “que permitam aos oprimidos(as), pouco a pouco, revelarem sua própria realidade”. Isso implica compreender que a experiência não é, então, apenas um fenômeno individual, mas também é mediada socialmente. A experiência ocorre em um contexto histórico, social e cultural, e não em um espaço vazio e neutro.

Walter Benjamin também traz elementos que podem contribuir para a nossa reflexão. Em sua tese, "O serviço social pelo olhar do anjo da história: uma investigação benjaminiana", Juliana Ford (2023, p. 90) nos alerta sobre o sentido do empobrecimento da experiência nos escritos de Benjamin: “o autor observa que na passagem das formas pré-modernas para a forma moderna de sociabilidade, a experiência enquanto um bem coletivo aprendido e transmitido em comunidade, e que dá sentido às relações que ali se estabelecem, ficou mais pobre do seu caráter social [...]”. Isto quer dizer, que a experiência se empobreceu não apenas no âmbito privado ou individual mas também nas experiências do coletivo da humanidade em geral. Por outro lado, a autora afirma que, a partir dessa inferência, Benjamin revela outro sentido do empobrecimento da experiência, um sentido que aponta para esse empobrecimento como um resultado do desenvolvimento das condições históricas:



O processo de empobrecimento da experiência como resultado do desenvolvimento das condições históricas, como uma forma de transformação/superação de certas estruturas arcaicas da organização social e seus efeitos para a humanidade. De modo que não cabe olhar para trás e lamentar-se pelo que já não existe. A atitude do homem moderno precisa ser a atitude criadora de fazer surgir o novo, mesmo sem referências para fazê-lo (Ford, 2023, p. 90).

Há, portanto, um desdobramento da concepção de empobrecimento da experiência como resultado das condições históricas, do movimento da história. Esse desdobramento aponta para o fato de que pode haver uma atitude do homem moderno frente ao empobrecimento da experiência. Essa atitude precisa ser criativa para fazer surgir o novo.

Diante desses elementos apresentados, propomos que a atitude frente ao empobrecimento da experiência possa ser uma espécie de gesto. Este gesto tem de trazer em si a compreensão da importância da experiência para a formação dos sujeitos e da historicidade dessa experiência. A partir disso, deixar, de maneira consciente, que essa experiência possibilite que algo nos aconteça, nos toque. Nas palavras de Larrosa (2022, p. 25), é preciso exercitar um gesto de interrupção:

um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço.

A ESCUTA E O SILÊNCIO

Nesta tentativa de ponderar em relação a alguns saberes necessários à prática socioeducativa, pensamos sobre a necessidade do exercício da curiosidade, criatividade, atitude filosófica, da relação dialética entre o que é e o que pode ser, da experiência. Contudo, precisamos nos voltar para o lugar mais elementar de onde se vivem as experiências socioeducativas, o ponto de partida de qualquer relação de convivência, o terreno para a construção do fortalecimento de vínculos: a escuta.

Parece banal falar de algo que aparenta se encerrar na habilidade auditiva de cada um. Mas a escuta de que falaremos diz respeito à “disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro” (Freire, 2019, p. 117). Nossa sugestão é de que o espaço do SCFV deve ser um espaço de escuta e de silêncio e que a habilidade primordial dos assistentes sociais que se dedicam a essa atividade deve ser a escuta.

Dentre os elementos que estão elencados no que o SCFV deve oportunizar aos usuários está, como vimos, o reconhecimento de limites e possibilidades nas situações vividas. Além deste destacam-se os seguintes: Processos de valorização/reconhecimento; Produção coletiva; Exercício de escolhas; Tomada de decisão sobre a vida particular e sobre as atividades



do grupo; Diálogo para a resolução de conflitos e divergências; Reconhecimento de limites e possibilidades nas situações vividas; Experiências de escolha e decisão coletivas; Aprendizado e ensino de forma igualitária; Reconhecimento e nomeação das emoções nas situações vividas; Reconhecimento e admiração da diferença; Escuta. Olhando de maneira analítica para esses elementos elencados é possível inferir que anterior a qualquer uma dessas capacidades, está a capacidade de escutar. É ela que pode possibilitar o desenvolvimento das outras oportunidades. Vejamos, então, o que pode qualificar essa escuta.

O exercício da escuta que pensamos neste texto, é um exercício de ouvir não apenas o discurso falado, mas também a linguagem corporal, a linguagem artística e a linguagem cinestésica. Essa escuta requer, além do aprimoramento da compreensão do que ouvimos, a intimidade deste com o que vemos e o que sentimos. Nas relações construídas no SCFV, tendo em mente seus objetivos, é imperativo escutar até mais do que falar com os usuários. Porque a escuta, “como metáfora para a abertura de ouvir e ser ouvido - ouvir não somente com as orelhas, mas com todos os nossos sentidos (visão, tato, olfato, paladar, audição)” (Rinaldi, 2012, p. 124 *apud* Ostteto, 2018, p. 51), implica receptividade, vontade, interesse e tolerância, isto é, “implica disponibilidade ao outro e a tudo o que ele tem a dizer” (Ostteto, 2018, p. 51).

Essa escuta pode ter uma relação profunda com o direito de acolhimento dos usuários, ela demanda uma presença ativa daquele que escuta para acolher, valorizar e interpretar aquilo que está sendo falado e, ao mesmo tempo, aquele que está falando. Há, portanto, a necessidade de uma “disponibilidade permanente” ao que está sendo dito e escutado.

Ainda, para o exercício dessa escuta é indispensável a capacidade de compreender o que está sendo dito, sem julgamentos. Além das informações, outras coisas podem estar sendo ditas, outros significados podem ser inferidos a partir dessa escuta. O que está sendo dito exatamente? O que se pretende dizer? Como está sendo dito? Por quê? Por quem? Essas são perguntas a partir das quais o sujeito que ouve, assumindo uma postura de aprendiz da experiência do outro, pode compreender o discurso com mais radicalidade e rigor. É uma possibilidade de abertura para reconhecer, ou mesmo conhecer, a identidade do outro, sua história e seu modo de ser. No entanto, isso não quer dizer que essa escuta exija uma negação daquele que ouve. A partir daquilo que é dito e compreendido com radicalidade é possível verdadeiramente responder, se comunicar, se opor ou se posicionar. É escutando bem “que me preparo para melhor me colocar ou melhor me situar do ponto de vista das ideias” (Freire, 2019, p. 117). E é daí que pode se materializar a legítima convivência, a legítima educação.

Outro elemento necessário para qualificar a escuta é o silêncio. É nesse território do silêncio e da escuta onde podem-se “ouvir coisas inaudíveis, enxergar fenômenos invisíveis, fertilizar histórias que atravessem o tempo e o espaço, tecer relações, imaginar, redefinir caminhos, fecundar processos de criação” (Ostteto, 2018, p. 48). Nesse sentido, o silêncio não significa ausência, mas a presença daquele que ouve para atribuir significado, escutar, examinar, pensar, observar, analisar. É nesse cenário que podemos nos tornar capazes de respeitar o outro pelo que ele é e pelo que ele quer dizer. O movimento de ouvir no silêncio cria um campo em que podemos nos perceber e perceber o outro, alargando, assim, nossa experiência.

Esse processo de fala e de escuta, da disciplina do silêncio que deve ser assumida com rigor, para Freire, é um processo indispensável para o que ele chama de comunicação dialógi-



ca. A comunicação dialógica é uma abordagem que pensa a educação valorizando a interação, o diálogo aberto e o engajamento crítico, visando à transformação social. Assim, o silêncio é fundamental, para o autor, no espaço da comunicação, pois, “de um lado, me proporciona que, ao escutar, como sujeito [...], a fala comunicante de alguém, procure ‘entrar’ no movimento interno do seu pensamento, virando linguagem; de outro, torna possível a quem fala, [...] escutar a indagação, a dúvida, a criação de quem escutou” (Freire, 2019, p. 115).

Portanto, o exercício dessa escuta requer paciência e crítica, requer a constante abertura a se sensibilizar, se desafiar, o que parece ser uma tarefa necessária para todos os trabalhadores e trabalhadoras no ambiente socioeducativo. Se não há comunicação, essa verdadeira comunicação de que falamos, não há o conhecimento e reconhecimento do outro. E para toda e qualquer atividade que se pretende desenvolver em um SCFV é necessário o exercício desse movimento, sem ele nenhum dos objetivos, dos eixos norteadores, das estratégias poderá se efetivar.

O importante a se notar aqui é que a escuta é um exercício. Enfatizamos o termo “exercício” em conexão com a escuta porque consideramos que ela não é uma ação que se pode aprender lendo um manual de instruções, é efetivamente um exercício de que vai se tomando intimidade através de sua prática e da reflexão sobre a ação. Podemos perceber que são várias as qualidades que podem caracterizar essa escuta. Elencamos algumas mas estamos certos de que existem muitas outras. Essas qualidades podem ser descobertas, pensadas e elaboradas no cotidiano da atividade socioeducativa, na prática mesma de escutar. De acordo com Freire (2019, p. 117), “deve fazer parte de nossa formação discutir quais são estas qualidades indispensáveis, mesmo sabendo que elas precisam ser criadas por nós, em nossa prática [...]”.

O QUE AINDA NÃO EXISTE

Diante de todos esses desafios que nos apareceram nessa tarefa de admirar a atuação socioeducativa, isto é, de examinar alguns saberes necessários e que rigorosamente devem ser pensados, discutidos e criados na prática, podemos chegar a algo como um beco sem saída. É plausível admitir que a prática socioeducativa já é exaustiva por si só, que mesmo antes de pensarmos seus fundamentos e seus modos de ser a própria rotina do trabalho já pode se sobrepor a qualquer esforço. Um trabalhador do SCFV poderia afirmar: eu não tenho tempo para pensar a minha criatividade, não tenho tempo para ser curioso ou para pensar e discutir como deve-se ouvir ou como deve-se experimentar o silêncio, as coisas são assim e dificilmente podem mudar. Talvez, entre as linhas e os termos que usamos nesse texto, o que sobressaia é a distância entre o que poderia e o que deveria ser a atuação, ou mesmo o que seria SCFV, e o que ele é na prática. Por isso, propomos agora pensar sobre a noção de utopia.

Aqui, a utopia talvez possa nos ajudar a costurar todos os temas que discutimos. A posição utópica é assumida por Paulo Freire (2019, p. 126-127) nos seguintes termos:

Prefiro ser criticado como idealista e sonhador inveterado por continuar, sem relutar, a apostar no ser humano [...]. Insisto, com a força que tenho e que posso juntar na minha veemente recusa a determinismos que reduzem a nossa presença na realidade histórico-social à pura adaptação a ela.



Essa fala do autor serve como ponto de partida para a nossa, mesmo que breve, análise sobre a importância da utopia para a prática socioeducativa. Em primeiro lugar, no trecho citado as palavras de Freire deixam evidentes o seu posicionamento, o autor se coloca asseguradamente ao lado da mudança, em oposição à adaptação. Em segundo lugar, esse posicionamento não parece ser uma ação ou intenção de fácil realização, é necessário insistir, se esforçar, para recusar o determinismo. Por último, esse esforço de sonhar diz respeito à realidade, a utopia de que fala Freire nada tem a ver com ilusão ou devaneio, pelo contrário, ela se relaciona com as forças que podem contribuir para a mudança real. Vejamos esse último ponto com um pouco mais de cuidado.

Frequentemente, o conceito de utopia, no contexto dos escritos de Paulo Freire, aparece relacionado com um outro conceito, o conceito do “inédito viável”. Em *Pedagogia do oprimido*, o autor (1987, p. 53) apresenta o “inédito viável” como uma categoria capaz de evidenciar o caráter profundamente crítico da utopia. Nesse sentido, essa categoria efetiva-se na seguinte dinâmica: a) o reconhecimento crítico da dominação ou, nos termos de Paulo Freire, da percepção dos oprimidos de que as “situações limites” não são “fronteira entre o ser e o nada”, mas são uma “fronteira entre o ser e o mais ser”; b) tornando esse “percebido destacado”, aqueles que pensam utopicamente sabem, então, “que o problema não é mais um sonho, que ele pode se tornar realidade” e que sua concretização dirigirá a ação. O “inédito viável”, nesse contexto, é uma coisa inédita mas possível, ainda não claramente conhecida e vivida, mas sonhada.

Assim, podemos perceber a profunda conexão entre o pensamento utópico, ou o esforço utópico, com a transformação da realidade. A partir do reconhecimento dos limites que nos são impostos pela dinâmica da realidade no capitalismo, conhecemos melhor a necessidade da emancipação e nos colocamos em um movimento de recusa, de construção e composição de forças para a ultrapassagem da fronteira entre o ser e o mais ser. Essa perspectiva talvez nos faça compreender melhor a emancipação de que se fala na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Um serviço que tem em vistas o “alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social” ganha outros contornos quando visto a partir desse conceito de utopia. A emancipação, aqui, pode ser entendida como o “inédito viável”, saindo do campo da impossibilidade e se fortalecendo como categoria crítica, como algo possível mas que ainda não é claramente conhecido.

Parece fundamental para o profissional que desenvolve atividades socioeducativas, principalmente no SCFV, o cultivo do desejo e do gosto pela mudança. Esse desejo relacionado ao que pudemos ver sobre a utopia ganha forma na fome necessária de ultrapassagem e transcendência, do anseio pelo que está por vir e que, já estando aí, não está em plenitude. Sem medo de ser criticado como sonhador, como Paulo Freire, mas que disposto a construir uma atuação profissional viva, cuidadosa e crítica, se coloca disponível a investigar. Que a presença da assistente social vá se tornando convivência e nesse conviver exista a possibilidade de praticar o ato de sonhar coletivamente, nas palavras de Freire:

o ato de sonhar coletivamente, na dialeticidade da denúncia e do anúncio e na assunção do compromisso com a construção dessa superação, carrega em si um importante potencial (trans) formador

que produz e é produzido pelo inédito-viável, visto que o impossível se faz transitório na medida em que assumimos coletivamente a autoria dos sonhos possíveis (Freire, 2022a, p. 42).

Não é a intenção desse texto descrever coisas impossíveis. A intenção é, por outro lado, dialogar com o trabalhador do SCFV. Entendemos que esse trabalhador é também um sujeito de sonhos. Como afirma Paulo Freire (2022a, p. 77) “seres programados para aprender e que necessitam do amanhã como o peixe da água”. Devemos pensar nas possibilidades de atuação no SCFV como também uma possibilidade de pensar no sonho, para que não nos negem a condição de partícipes da produção do amanhã. Ora, “todo o amanhã, [...] sobre que se pensa e para cuja realização se luta, implica necessariamente o sonho e a utopia. Não há amanhã sem projeto, sem sonho, sem utopia, sem esperança, sem o trabalho de criação e desenvolvimento de possibilidades que viabilizem a sua concretização” (Freire, 2022a, p. 77-78).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O anseio que parece partir de assistentes sociais que trabalham no SCFV é o de, a partir do estudo e da leitura, encontrar fórmulas para a atuação. Um esquema testado e de comprovação certa de seus resultados. Porém, o trabalho socioeducativo se faz na história, dinâmica e contraditória. Não há fórmulas nem predeterminações. O desejo deste texto foi o de refletir sobre alguns aspectos sutis que emergem no cotidiano de um serviço tão complexo.

O convite que tentamos fazer por meio desse artigo é o de admirar o trabalho socioassistencial e o cotidiano do SCFV. Admirar suas possibilidades e suas dificuldades. Através da consideração de algumas partes, ou de saberes que compreendemos como necessários à prática socioeducativa, tentamos sugerir aos leitores que contribuíssem com esse movimento. Afinal, é na prática que esses saberes serão construídos e pensados, e que novos saberes se tornarão necessários.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem em suas normas, tipificações e orientações uma preocupação com atividades que proporcionem espaços onde são fortalecidas a autonomia, a identidade, os afetos, a convivência com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias. Mas é a opção feita pelo assistente social que executa essas atividades que dará o tom para esse espaço. É a partir do ato de admirar sua atuação que serão determinados tanto o seu papel como quais são seus métodos e suas técnicas de ação. Em Educação e mudança, Freire (2022b, p. 64) afirma que “é uma ingenuidade pensar num papel abstrato, num conjunto de métodos e técnicas neutros para uma ação que se dá entre homens, numa realidade que não é neutra”. Portanto, se mergulhados em uma realidade que não é neutra, trabalhadores e usuários precisam compreender essa realidade para então perceber sua submissão aos condicionamentos da estrutura social e, diante disso, enxergar a necessidade de uma opção que faça frente às contradições que constituem essa estrutura.

Não há neutralidade no serviço socioeducativo, as atividades são pensadas para ou, por um lado, proporcionar um espaço onde a realidade objetiva, a estrutura social, vai se desvelando ao assistente social e aos usuários num esforço crítico comum ou, por outro lado, para que essa mesma realidade vá se mitificando e se naturalizando cada vez mais. Freire



(2022b, p. 65) nos convida a tomar um posicionamento fundamentado diante disso, pois, o ou a assistente social que faz a opção de “normalizar” a estrutura social através da ênfase na estabilidade, “pode (quase sempre tenta) disfarçá-la, fingindo aderir à mudança, mas ficando, sem dúvida, ou com certeza, nas meias mudanças, que é uma forma de não mudar”. Esse trecho (assim como outros que vimos ao longo deste artigo) manifesta a necessidade de uma atitude radical, inquieta e crítica por parte daqueles que exigem e atuam em favor da mudança.

Talvez uma última necessidade que podemos encontrar na conclusão de nossa breve investigação é a da importância de estar convencido, no sentido de compreender profundamente, de que “se a declaração de que o homem é pessoa e como pessoa é livre não estiver associada a um esforço apaixonado e corajoso de transformação da realidade objetiva, na qual os homens se acham coisificados, então, esta é uma afirmação que carece de sentido” (Freire, 2022b, p. 67-68). Parece que todos os nossos argumentos apontam para isso, para a coragem e o esforço, isto é, técnicas e maneiras de enxergar essa realidade como mais que um imenso aparato de dominação, ou como o reino da liberdade já realizada. Mas de se empenhar em distinguir as forças e as tendências emancipatórias e opressivas. Em suma, trata-se de, no imaginar, preparar e executar as atividades no SCFV, que o assistente social tenha em mente um conhecimento nítido e vivo das características do presente, das fronteiras que nos limitam e, ao mesmo tempo, das fissuras nessas fronteiras, das alternativas que podem ser construídas coletivamente, até mesmo no cotidiano do trabalho, para o alcance dessas alternativas emancipatórias e, além disso, da mobilização concreta, por meio do trabalho, do verdadeiro escutar e conviver, para que se fortaleçam essas forças de recusa ao status quo, potencializadas pelo nosso desejo. É a atitude de manter e alargar cotidianamente essa “esperança crítica que move os homens para a transformação” (Freire, 2022b, p. 66).



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Perguntas Frequentes Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**. Brasília: MDS, 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2014.

FORD, J. V. **O serviço social pelo olhar do anjo da história: uma investigação benjaminiana**. 2023. 120 f. Tese Doutorado em Serviço Social. Universidade Estadual Paulista, Franca, 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. São Paulo: Paz e Terra, 2022a.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022b.

LARROSA, J. **Tremores: escritos sobre experiência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

OSTETTO, L. E. É preciso manter as orelhas verdes: o silêncio e a escuta na educação. *In*: MARTINS, M. C.; BONCI, E. MOMOLI, D. (org.). **Formação de educadores: modos de pensar e provocar encontros com arte e mediação cultural**. São Paulo: Terracota Editora, 2018. p. 48-64.

RIOS, T. A. E se as unhas roessem os meninos?: vendo a formação ao modo - ou à moda - da filosofia. *In*: MARTINS, M. C.; BONCI, E.; MOMOLI, D. (org.). **Formação de educadores: modos de pensar e provocar encontros com arte e mediação cultural**. São Paulo: Terracota Editora, 2018. p. 16-25.

SCHILLER, F. **A educação estética do homem: numa série de cartas**. São Paulo: Iluminuras, 2017.



NOTAS BIBLIOGRÁFICAS DE AUTORES E AUTORAS

1 Adriana Freire Pereira Férriz - Doutora em Sociologia, professora de Serviço Social na UFBA. Pesquisa democracia, controle social, políticas de educação e Serviço Social na educação. E-mail: adriana.ferriz@ufba.br

2 Eliana Canteiro Bolorino Martins - Pós-Doutora em Serviço Social pela UERJ (2019), doutora pela PUC/SP (2007) e mestre pela UNESP (2001). Docente na UNESP/SP e bolsista de produtividade CNPq. Lidera o GEPESS e pesquisa política de educação e atuação do assistente social na educação e área sociojurídica. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

3 Wagner Roberto do Amaral - Graduado em Serviço Social, mestre e doutor em Educação, com pós-doutorados em Estudos Interculturais (México) e Educação Superior para Povos Indígenas (Argentina). Professor na Universidade Estadual de Londrina e ex-diretor de Diversidade na Secretaria de Educação do Paraná (2004-2010). Atua na coordenação nacional para implementar a Lei 13.935/2019 pela ABEPSS. Graduado em Serviço Social, Mestre e Doutor em Educação, Pós-doutorado em Estudos Interculturais pela Universidad Veracruzana/México e Pós-doutorado em Educação Superior para Povos Indígenas na América Latina pela Universidad Nacional Tres Febrero/Argentina. Professor do Departamento de Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. Atuou como Diretor do Departamento da Diversidade na Secretaria de Estado da Educação do Paraná (2004-2010). Membro da Coordenação Nacional pela Implementação da Lei 13.935/2019 – Assistentes Sociais e Psicólogos/os na educação básica representando a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

4 Eblin Farage - Assistente social formada pela UFF, mestre e doutora em Serviço Social pela UFRJ e UERJ. Professora associada e coordenadora do NEPFE na UFF. Trabalhou na Maré, onde ajudou a fundar a Redes da Maré, e pesquisa temas urbanos, favelas, educação popular e movimentos sociais. Assistente Social formada pela UFF, Mestre e Doutora em Serviço Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ e da UERJ, respectivamente. Atualmente é professora associada da Escola de Serviço Social da UFF e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF (PPGSSDR). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE). Trabalhou na Maré por mais de dez anos, onde contribuiu com a fundação da Redes da Maré. Atualmente desenvolve pesquisas e projetos de extensão no campo da questão urbana, com ênfase em favelas e na Maré, educação popular, movimentos sociais e educação superior pública. E-mail: farage.eblin@gmail.com

5 Carlos Felipe Nunes Moreira - Faculdade de Serviço Social da UERJ. Doutor em Serviço Social. Graduando em Pedagogia. E-mail: felipe_pito@yahoo.com.br

6 Amor António Monteiro - Doutor e mestre em Serviço Social pela PUC-SP, diretor e professor na Universidade Católica de Angola e pesquisador no CNPq. Atua em saúde pública, auditoria e assistência social. Autor de dois livros e consultor em desenvolvimento comunitário.



7 Simão João Samba - Graduado em Serviço Social, com mestrado e doutorado pela PUC-SP e especialização em Agregação Pedagógica pela Universidade Católica de Angola. Professor e pesquisador na área de Serviço Social, atua em temas como exclusão social, desigualdade, juventude e trabalho informal.

8 Eliana Grisel Vasquez - Directora de Psicología Comunitaria y Pedagogía Social na Dirección General de Cultura y Educación de la Provincia de Buenos Aires. Professora adjunta em Política e Instituciones Educativas na Universidade Nacional de La Plata e em Teoria da Intervenção I na Universidade Nacional Arturo Jauretche. E-mail: elianagricelv@yahoo.com.ar

9 Rafael Gonçalves dos Santos - Assistente social, bacharel e mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Campus de Franca/SP). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas na Infância e Adolescência (GEPPIA). Assistente Social. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3096-7223>. E-mail: rafael.goncalves@unesp.br.

10 Eliana Bolorino Canteiro Martins - Assistente social, doutora em Serviço Social pela PUC/SP e Pós-Doutora pela UERJ. Docente na UNESP (Campus de Franca/SP) e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq (nível 2). Coordenadora do GEPESSE, com linha de pesquisa em Estado, Políticas Sociais e Serviço Social. Assistente Social. ORCID: orcid.org/0000-0002-7796-8437. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br.

11 Yukari Yamauchi Moraes - Bacharel em Serviço Social e discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP (Campus de Franca/SP), sob orientação da Prof.^a Dr.^a Eliana Bolorino Canteiro Martins. Membro do GEPESSE, com linha de pesquisa em Estado, Políticas Sociais e Serviço Social. ORCID: 0000-0001-8730-7053 E-mail: yukari.yamauchi@unesp.br

12 Paula Cunha Guimarães Batatel Belmonte Santana - Assistente social, graduada pela UERJ, com especializações em Projetos Sociais e Saúde do Idoso. Mestre em Serviço Social pela PUC-SP. Coordenadora de equipe multiprofissional em educação profissional e membro de grupo de estudos sobre Serviço Social na Educação. ORCID: 0009-0003-5716-0187. E-mail: paulacunhag@hotmail.com

13 Williana Angelo - Assistente social no Instituto Federal de São Paulo – IFSP, doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -PUC/SP, ORCID: 0000-0001-6708-6628. E-mail: williangel@gmail.com

14 Fernanda Andrade Garcia - Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Unesp/Franca - SP. Integrante do grupo de pesquisa FIAPO/UNESP-Franca. ORCID: 0000-0003-2023-1167. E-mail: fernanda.garcia@unesp.br

15 Gustavo José de Toledo Pedroso - Professor da Unesp/Campus de Franca, docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, SP. Doutor em Filosofia pela USP e Pós-Doutorado em Filosofia pela USP. Coordenador do grupo de pesquisa FIAPO/UNESP-Franca. ORCID: 0000-0001-6555-0175. E-mail: gustavo.pedroso@unesp.br



16 Edgar Antônio Nery Alves Camelo - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Goiás. Pós-Graduado, Lato Sensu em Docência Universitária pela Universidade Estadual de Goiás, (UEG). Mestrado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, (PPGS/UFG). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa de Aprofundamento Marxista, NEAM. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Movimentos Sociais NEMOS. ORCID 0009-0009-6744-8583. E-mail: edgarnery@gmail.com

17 George Francisco Ceolin - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário de Lins. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto e Coordenador do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás. Membro do Grupo de estudos Motyró - Trabalho, Questão Social e Direitos Humanos na Periferia do Capitalismo, da Universidade Federal de Goiás, e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade (NEFSSC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ORCID 0009-0000-66171847. E-mail: georgeceolin@ufg.br.

18 Tereza Cristina Pires Favaro - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás. Professora Adjunto da Universidade Federal de Goiás. ORCID: 0000-0003-4265-9965. E-mail: favaro@ufg.com

19 Aline Miranda Cardoso - Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestrado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assistente social do Instituto Federal do Rio de Janeiro. Membro do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar) - o Serviço Social na Assistência Estudantil. ORCID: 0009-00012837-0041. E-mail: aline.cardoso@ifrj.edu.br.

20 Arlene Vieira Trindade - Assistente social, graduada e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Doutoranda em Serviço Social pela UERJ. Atua no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca e é membro do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar). ORCID: 0000-0002-4021-2783. E-mail: arlenetrindade@yahoo.com.br.

21 Jéssica Oliveira Monteiro - Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense - Campus Rio das Ostras. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assistente social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar) - o Serviço Social na Assistência Estudantil. ORCID: 0000-0002-5993-9253 E-mail: jessicaoliveiramont@gmail.com.



22 Patricia Lima do Nascimento - Assistente social, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e mestre pela UERJ. Doutoranda em Serviço Social na UERJ e atua na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Membro do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar). ORCID: 0000-0002-6024-8302. E-mail: patilimaseso@gmail.com.

23 Elaine Cristina Estevam - Psicóloga Social. Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Psicóloga da Prefeitura de Franca. Membro do grupo de estudos GESTA. ORCID: 0000-0002-0426-6485. E-mail: elaine.estevam@unesp.br

24 Maria José de Oliveira Lima - Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Docente do Departamento de Serviço Social - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista. Líder do Grupo de estudos GESTA. ORCID: 0000-0002-2561-8929. E-mail: maria.jose-oliveira-lima@unesp.br

25 Eduardo Lima - Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-Graduando em Serviço Social na Educação. Membro do Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política - GEEP e do Grupo de Pesquisa Educação, Direitos Humanos e Interseccionalidades. ORCID: 0000-0002-6356-5100. E-mail: elima2929@gmail.com

26 Maria Fernanda Avila Coffi - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa. Membro do grupo de pesquisa Educação, Direitos Humanos e Interseccionalidade. ORCID: 0000-0002-6708-3459. E-mail: mfernandacoffi@gmail.com

27 Ewerton da Silva Ferreira - Licenciado em Ciências Humanas e mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa. Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Membro do NEJUC - Núcleo de Estudos da Educação e Juventude Contemporânea ORCID: 0000-0001-7588-0338. E-mail: ewertonferreira266@gmail.com

28 Por: Amanda Bersacula - Assistente social, graduada pela UniRedentor, com mestrado em Ensino pela UFF e doutoranda em Educação na mesma instituição. Atua no Instituto Federal Fluminense (IFF) e é membro do Núcleo de Tradução, Estudos e Interpretação das Obras da Teoria Histórico-Cultural. NUTHIC. ORCID: 0000-0002-7107-7756. E-mail: amanda.bersacula78@gmail.com

29 Zoia Prestes - Pedagoga com graduação e mestrado em Ciências Pedagógicas pela Universidade Estadual de Pedagogia de Moscou (MGPU). Doutora em Educação pela UnB. Professora na Faculdade de Educação da UFF, atuando nas licenciaturas e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/UFF). Coordenadora do Núcleo de Tradução, Estudos e Interpretação das Obras da Teoria Histórico-Cultural (NUTHIC). ORCID: 0000-0002-1347-3195. E-mail: zoiaprestes@id.uff.br



30 Maria Gabriela Pereira da Silva - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina -UEL, especialista no atendimento à criança e ao adolescente vítima de violência. Mestrado em Serviço Social pela UEL. Assistente Social do Hospital Universitário de Londrina. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1770-7498>. E-mail: maria.gabrielaa@uel.br.

31 Ana Patrícia Pires Nalesso - Assistente social, especialista em saúde pública, mestre pela PUC-SP e doutora pela UEL. Coordenadora de pesquisa sobre desigualdade social em Londrina e do projeto de extensão “Recriar”. Professora no Departamento de Serviço Social da UEL. Orcid [tps://orcid.org/0000-0002-2903-738X](https://orcid.org/0000-0002-2903-738X) , E-mail apatriciapn@uel.br.

32 Cristiano Costa de Carvalho - Assistente social, graduado em Serviço Social pela PUC Minas. Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Doutorando em Serviço Social pela FCHS/UNESP e bolsista CAPES. Professor no IEC/PUC Minas. Membro do GEPESS e do QUAVISSS. E-mail: cristiano.c.carvalho@unesp.br

33 Eliana Bolorino Canteiro Martins - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru. Mestrado em Serviço Social pela UNESP/Campus de Franca. Doutorado em Serviço Social pela PUC/SP. PósDoutorado em Serviço Social pela UERJ. Livre Docência pela UNESP/Campus de Franca. Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social UNESP/Franca. Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq - Nível 2. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESS). E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

34 Eunice Paulo Chichava - Licenciada em Planificação e Administração de Gestão de Educação pela Universidade Pedagógica da Cidade de Maputo, Moçambique. Gestora de recursos humanos desde 2011 no Governo do Distrito de Boane. Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas pela UNESP - Campus de Franca. E-mail: e.chichava@unesp.br

35 Juliana Viegas Guimarães - Assistente Social. Graduação em Serviço Social e especialista em Instrumentalidade e Técnicas-Operativas em Serviço Social, ambos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: juviegasg@gmail.com

36 André Monteiro Moraes - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS - UEPB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na área de Educação (GEPESS - UFBA/UNESP/UERJ). Membro do Grupos de Estudos O círculo de Bakhtin em diálogo (cadastrado no DGP/CNPq/UEPB). Membro do Grupo de Pesquisa A Reforma do Ensino Médio (Lei no 13.415/2017): implicações para as redes estaduais e institutos federais da Região Nordeste (IFRN). Membro da Subcomissão de Educação da Seccional Campina Grande do CRESS 13 Região/Paraíba. ORCID: <https://orcid.org/0000-00033425-0457>. E-mail: andre.monteiro063@gmail.com



37 Edna Medeiros do Nascimento - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Assistente Social da Pró-Reitoria Estudantil, da Universidade Estadual da Paraíba. Membro da Subcomissão de Educação da Seccional do CRESS/Campina Grande/PB, ORCID <https://orcid.org/0009-0009-8510-9008>. E-mail: ednamedeirosnascimento@gmail.com .

38 Kivania Karla Silva Albuquerque Cunha - Assistente Social graduada pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, com Especialização em Políticas Públicas e Assistência Social pela Fundação Universitária de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão – FURNE. Mestrado em Serviço Social pelo programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE), vinculado à UNESP de Franca/SP. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Básica (PPGED/CH-UFCG/CNPQ). Membro da Subcomissão de Educação do CRESS/Seccional de Campina Grande-PB. Assistente Social da rede pública de educação básica do município de Areal-PB. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-0426-827X> E-mail: kivianias@gmail.com

39 Maria Dolores Melo do Nascimento - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG). Atualmente, integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Básica (PPGed/CH-UFCG/CNPQ). ORCID:0009-0008-9948-0759. E-mail:maria.dolores@estudante.ufcg.edu.br

40 Maria Noalda Ramalho - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB), com exercício na Política de Educação. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação (GEPESSE), vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp, UERJ e UFBA. Membro da Subcomissão de Educação da Seccional Campina Grande do CRESS 13 Região/Paraíba. ORCID <https://orcid.org/0009-0004-8699-9624> . E-mail: noaldaramalho@hotmail.com.

41 Flávia Pacheco Sanchez - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). ORCID: 00090008-6707-7930. E-mail: flavia.pacheco@unesp.br

42 Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestrado em Ciências Médicas pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP) e Doutorado em Serviço Social pela UNESP. Pós Doutorado na Universidad Pablo de Olavide - Espanha. Docente do departamento de Serviço Social da UNESP/Franca. Líder do GEPAPOS (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Participação nas Políticas Sociais). ORCID: 0000-0002-0691-7528. E-mail: andreia.liporoni@unesp.br



43 Ariane Rego Paiva - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrado e Doutorado em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente do departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq Estado, Sociedade, Políticas e Direitos Sociais - GESPD/PUC-Rio. ORCID: 0000-0002-5827-6355. E-mail: arianepaiva@puc-rio.br

44 Ana Laura Batista Marques - Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Membro do Núcleo de Estudos da Tutela Penal e Educação em Direitos Humanos (NETPDH). ORCID: 0009-0006-6290-7435. Email: ana.b.marques@unesp.br.

45 Maria Yumi Buzinelli Inaba - Graduanda em Direito pela Universidade Estadual Paulista. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico-Social (GEPPIDES), do Grupo de Pesquisa em Direito e Mudança Social (DeMuS) e do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas “Elza Andrade de Oliveira” (Nepps). ORCID: 0009-0006-8818-1206. E-mail: maria-yumi.inaba@unesp.br.

46 Fábila Halana Fonseca Rodrigues Pita - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Assistente Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais - GEPE-DUPSS - UFPB. ORCID: 0000-0003-4776-6241. E-mail: fabialhalana@hotmail.com

47 Maria Francisca Máximo Dantas - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Assistente Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/ Campus Cuité-PB). Membro do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) do CES/UFCG. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS – UFPB. ORCID: 0000-0003-3489-8034. E-mail: mariamaximodantas@yahoo.com.br .

48 Thélia Priscilla Paiva de Azevedo - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Assistente Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS - UFPB. ORCID: 0000-0002-2546-8828. E-mail: theliapaiva@gmail.com.

49 Ney Luiz Teixeira de Almeida - Professor Associado da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1986), Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (1996) e Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2010). Tem experiência nas áreas de Educação e de Serviço Social. Atua principalmente em atividades de ensino de graduação e pósgraduação, pesquisa, extensão universitária e assessoria vinculadas ao trabalho no âmbito das políticas públicas, particularmente, na política educacional. Membro do corpo de professores permanentes do Programa de PósGraduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UERJ e membro do corpo de professores colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da (PPFH) da UERJ. Vice-líder do Diretório Grupo de Pesquisa “Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social na área de Educação (GEPESSE). ORCID: 0000-0003-2865-7330. Email: neylta@hotmail.com



50 Natália Ibiapino Proença - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista do Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEP-UERJ) e membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0000-0001-7732-4773. Email: nataliaibproenca@gmail.com

51 Edilene Rodrigues de Santana Silva - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, extensionista e estagiária do NSEPP membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0004-2384-9899. Email: edilener1@gmail.com

52 Brenda do Nascimento Gama - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e bolsista do Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEPP-UERJ) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0006-9949-0127 Email: brenda.gama@yahoo.com

53 Yasmin Oliveira Burgos - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista e estagiária do projeto de extensão Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEP-UERJ) e membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0007-8245-9569. Email: yasmin.burgos.03@gmail.com

54 Adeildo Vila Nova - Assistente social no Tribunal de Justiça de São Paulo, doutorando em Serviço Social pela PUC-SP e mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela UNIFESP. Pesquisador nos núcleos de Identidades, Aprofundamento Marxista e Crianças e Adolescentes da PUC-SP, além de Diretor-Primeiro Secretário na AASPTJ-SP. ORCID: 0000-0001-8014-1804. E-Mail: adeildovilanova@yahoo.com.br

55 Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Assistente Social na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Membro do grupo de estudos Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social. ORCID: 0009-0008-1068-1766. E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br.

56 Marize Rauber Engelbrecht - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorado e Pós-Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Membro do grupo de pesquisa Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social e do Grupo de Estudo e Pesquisa e Políticas Ambientais e Sustentabilidade/ GEPPAS. ORCID: 0000-0002-7657-0662. E-mail: omarize@hotmail.com.



57 Vantuir Trevisol - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Mestrando do Programa de Pós Graduação em Serviço Social – PPGSS da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. ORCID: 0009-0009-4715-4705. E-mail: vantuirtrevisol@hotmail.com.

58 Yara Dias Fernandes - Assistente Social formada pelo Centro Universitário do Sul de Minas Gerais (UNIS/MG) e mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Atualmente, atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS-Campus Machado) e é membro do Núcleo de Estudos em Educação, Gênero e Sexualidade do mesmo campus. ORCID: 0000-0003-2996-7074. E-mail: yara.dfernandes@gmail.com.

59 Lilian Aparecida Carneiro Oliveira - Pedagoga no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba. Doutoranda em Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa (UFV). ORCID: 0000-0002-1543-7964. E-mail: lilian.carneiro@ifsudestemg.edu.br.

60 Lilian Perdigão Caixêta Reis - Professor Associado I da Universidade Federal de Viçosa, no Departamento de Educação. Pós-Doutorado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). ORCID: 0000-0001-6827-871X. E-mail: lilian.perdigao@ufv.br.

61 Emmanuella Aparecida Miranda - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela FAMINAS e Pedagogia pela UNIRIO. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Viçosa. Doutoranda em Economia Doméstica pela UFV. Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais Campus Muriaé. Membro do grupo de estudos Trabalho, sociabilidade e gênero da Universidade Federal de Viçosa. ORCID: 0000-0002-5562-8159. E-mail: emmanuella.miranda@ufv.br

62 Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira - Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2011). Recebe Bolsa de Incentivo à Qualificação do Instituto Federal Fluminense - Campus Macaé, instituição onde atua como assistente social desde 2014. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social na Educação (GEPESSE) e do Grupo de Estudos Gramsci e Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9902-4683> Email: deboraspotorno@gmail.com

63 Nívia Barreto dos Anjos - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UCSAL. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania pela UCSAL. Doutoranda em Serviço Social no Instituto Universitário de Lisboa. Especialista em Gestão de Políticas Públicas de Ensino e no Programa Integral da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) pelo CEFET-BA. Assistente Social do IF Baiano Campus Santa Inês. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação – GEPESSE. ORCID: <https://orcid.org/00000002-4225-9868>. E-mail: nivia.barreto@ifbaiano.edu.br

64 Mariana Mendes Novais de Oliveira - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UFBA. Especialista em Práticas do Serviço Social nas Políticas Públicas pela UNIFACS., Assistente Social do IF Baiano – Campus Valença. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2939-4480>. E-mail: mariana.oliveira@ifbaiano.edu.br



65 Tatiana Pereira Sodré - Graduada e doutora em Psicologia, com MBA em Gestão de Recursos Humanos e especializações em EAD e Psicoterapia. Professora no Instituto Federal de Roraima, possui ampla experiência em psicologia organizacional, atuando em docência, consultoria e projetos de avaliação de políticas públicas.

66 Alexandra de Oliveira Rodrigues Marçulo - Mestre em Educação pela UFRRJ, especialista em Psicologia Hospitalar e graduada em Psicologia. Psicóloga no IFRR, atua em Psicologia do Trabalho e Organizacional, focando em qualidade de vida, saúde do servidor e psicologia positiva. Possui experiência em Psicologia Escolar e Educacional.

67 Wilma Moraes - Graduada em Serviço Social pela UFRJ e mestre em Educação pela UFRJ. Assistente social no Instituto Federal Fluminense, com experiência em educação e saúde pública, focando em saúde do trabalhador, assistência estudantil e prevenção nas escolas.

68 Lígia da Nóbrega Fernandes - Graduação em Serviço Social pela UERN, Mestrado em Serviço Social pela UFRN e Doutora em Serviço Social pela (UNESP/Franca). Atualmente, é docente do Curso de Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual de Roraima-UEER, Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR (Campus Boa Vista) e compõe o GEPESSE (UNESP/Franca). ORCID: 0009-0004-7941-1132. E-mail: ligiadanobrega@gmail.com

69 Vanilda Soares Santos - Mestranda em Serviço Social (UNIFESP) Brasileira, Graduada em Serviço Social (UNISAL), atuando nas políticas de ações afirmativas na UNICAMP. E-mail: vani@sae.unicamp.br

70 Cibele Papa Palmeira - Coordenadora do Serviço Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) da Unicamp. Graduada em Serviço Social pela PUC Campinas-SP (1998). Pós graduada em Serviço Social em Pediatria (Unicamp - 1999). E-mail: cibelep@unicamp.br

71 Vanessa Tank Piccirillo Komesu - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: vanessptk@unicamp.br

72 Franciana Nogueira Correa - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: francinc@unicamp.br

73 Sônia Maria Pereira - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: somape@unicamp.br

74 Joelma Mendes dos Santos - Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Serviço Social (PPGSS/UFBA), e-mail: joelmams@hotmail.com.

75 Célia Maria Grandini Albiero - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru/SP (ITE/SP). Mestrado e Doutorado em Serviço Social (PUC/SP). Docente em Serviço Social (UFT/TO). Líder e Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPES-SFEP). Em estágio Pós-Doutoral no PPGIDH (UFG). ORCID: 0000-0002-9036-7134. E-mail: celialbiero@uft.edu.br.



76 Maísa Miralva da Silva - Assistente Social. Graduação pela PUC Goiás em Serviço Social (PUC-Goiás). Mestrado e Doutorado em Política Social pela UnB. Docente em Serviço Social (PUC-Goiás) e atualmente Pró-Reitora de Assuntos Estudantis (UFG). Supervisora Adjunta do Pós-Doutorado no PPGIDH (UFG). ORCID: 0000-0003-2852-5362. E-mail: maisa@ufg.br.

77 Ricardo Barbosa de Lima - Cientista Social. Licenciatura em Ciências Sociais (UFG). Bacharelado em Ciências Sociais (UFG). Mestrado em Sociologia (UnB). Doutorado em Desenvolvimento Sustentável (UnB), com período sanduíche na UNAM, México. Docente e Supervisor do Pós-Doutorado do PPGIDH/NDH (UFG). ORCID: 0000-0002-0819-620X. Email: ricardobl@ufg.br.

78 Ivanice de Oliveira Candido Neres - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço social na UNIOESTE. Assistente Social na Universidade Federal do Paraná - Setor Palotina-PR. ORCID: 0001-9159-550X. E-mail: ivanice_candido@hotmail.com

79 Jaqueline Budny - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço social na UNIOESTE. Assistente Social na Universidade Federal do Paraná - *campus* Toledo-PR. ORCID: 0009-0000-4959-6480. E-mail: jaquelinebudny@yahoo.com.br.

80 Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago - Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNIOESTE - *campus* Toledo-PR. ORCID: 0009-0008-1068-1766 E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br

81 Merielle Martins Alves - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Unimontes. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Assistente Social da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. ORCID: 0009-0004-34439246. E-mail: merielle.martins@ufu.br

82 Clara Rodrigues da Cunha Oliveira Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Especialista em Instrumentalidade do Serviço Social Universidade Cândido Mendes. Assistente Social da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. ORCID: 0009-0002-2809-4726. E-mail: claracunha@ufu.br

83 Fernanda Rodrigues Arrais - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutoranda do Programa de Estudos PósGraduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Assistente Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro do grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação. ORCID: 0009-0003-5142-0152. E-mail: ferodrigues0505@gmail.com



ÍNDICE REMISSIVO

1. Assistência Estudantil

29, 44, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 249, 251, 261, 301, 349, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 452, 469, 471, 507, 508, 509, 518, 519, 521, 525, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 538, 539, 540, 541, 544, 545, 546, 547, 548, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 566, 568, 569, 570, 571, 573, 574, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 586, 587, 588, 589, 590, 596, 601, 602

2. CFESS (Conselho Federal de Serviço Social)

19, 24, 25, 34, 44, 47, 56, 61, 62, 69, 91, 93, 117, 137, 141, 143, 154, 224, 241, 282, 292, 293, 308, 309, 508, 509, 536, 549, 568, 595

3. CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)

24, 25, 219, 300

4. COVID-19

15, 43, 204, 208, 213, 232, 236, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 276, 277, 283, 285, 286, 288, 293, 309, 349, 382, 460, 470, 478, 481, 482, 483, 486, 487, 493, 502, 523, 572

5. Direitos Humanos

62, 117, 121, 124, 127, 193, 195, 199, 249, 250, 266, 285, 317, 321, 322, 323, 324, 343, 364, 460, 461, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 473, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 554, 555, 556, 557, 558

6. Direitos Sociais

15, 28, 116, 117, 118, 119, 122, 126, 143, 145, 221, 222, 225, 226, 227, 242, 243, 282, 300, 304, 311, 334, 336, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 373, 401, 419, 442, 501, 534, 548, 549, 555, 565, 569

7. ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)

29, 44, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 249, 251, 261, 301, 349, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 452, 469, 471, 507, 508, 509, 518, 519, 521, 525, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 538, 539, 540, 541, 544, 545, 546, 547, 548, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 566, 568, 569, 570, 571, 573, 574, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 586, 587, 588, 589, 590, 596, 601, 602



8. Educação Básica
43, 44, 45, 47, 48, 49, 54, 56, 124, 125, 144, 211, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 232, 233, 235, 238, 239, 241, 242, 243, 249, 251, 261, 269, 276, 280, 281, 282, 283, 285, 286, 288, 291, 292, 293, 298, 299, 300, 301, 304, 307, 308, 309, 310, 312, 336, 355, 357, 358, 400, 415, 417, 418, 419, 421, 422, 429, 431, 434, 442, 503, 515, 588, 601
9. Educação Inclusiva
68, 348, 349, 350, 352, 353, 354, 355, 357, 358
10. Educação Popular
14, 15, 16, 59, 42, 51, 52, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 74, 84, 85, 117, 193, 249, 347, 365, 475, 476, 608, 613
11. EJA (Educação de Jovens e Adultos)
48, 75, 222, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 344, 423, 431
12. Ensino Fundamental
30, 49, 233, 310, 326, 334, 337, 341, 349, 431, 550
13. Ensino Médio
29, 49, 88, 221, 222, 223, 233, 235, 236, 251, 326, 337, 341, 354, 356, 358, 401, 414, 415, 417, 419, 421, 421, 422, 423, 429, 438, 469, 504, 518, 519, 252, 540, 565, 586, 596, 597, 598
14. Equipes Multiprofissionais
35, 44, 50, 54, 125
15. Ética Profissional
125, 540
16. Evasão Escolar
28, 35, 89, 93, 242, 269, 276, 285, 286, 288, 296, 327, 339, 603
17. Experiências Profissionais
14, 24, 50, 365, 370, 532, 547
18. Formação Continuada
52, 53, 55, 56, 124, 125
19. GEPESSE (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na Educação)
14, 15, 18, 19, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 42, 43, 47, 52, 60, 75, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 300
20. Gestão Democrática
30, 34, 54, 69, 230, 549, 551, 552, 556
21. Indicadores Sociais
265, 266, 267, 277, 384, 578, 579, 584, 585, 586, 589
22. Interdisciplinaridade
304, 305
23. Intersetorialidade
367
24. Lei de Diretrizes e Bases da Educação
46, 221, 225, 350, 418, 518, 552
25. Modalidades de Ensino
20, 25, 125, 239, 244, 356, 437, 468



26. Movimentos Sociais

14, 16, 24, 62, 65, 69, 70, 114, 116,
122, 124, 126, 140, 187, 193, 196,
221, 222, 223, 225, 228, 249, 315,
364, 365, 366, 367, 388, 394, 398,
399, 400, 404, 405, 406, 450, 520,
550, 571, 580, 597

27. Pesquisa e Extensão

76, 203, 204, 205, 212, 310, 351,
430, 431, 452, 566, 572, 580, 581

28. Política de Educação Pública

299

29. Políticas Públicas

28, 33, 60, 62, 63, 65, 106, 113, 120,
122, 124, 126, 127, 141, 153, 186,
212, 218, 223, 225, 226, 232, 233,
236, 238, 241, 242, 250, 251, 252,
259, 265, 266, 267, 270, 277, 281,
282, 286, 325, 328, 329, 340, 342,
344, 362, 363, 364, 365, 366, 367,
368, 369, 371, 372, 384, 386, 394,
403, 405, 421, 424, 434, 435, 436,
438, 442, 445, 446, 447, 448, 449,
450, 517, 547, 584, 585

30. Práticas Educativas

53, 77, 144, 310, 399

31. Processo de Trabalho

27, 154, 249, 250, 251, 252, 301,
311, 367, 395, 454, 500, 522, 529,
531, 532, 536, 538, 589

32. Qualidade da Educação

34, 353, 418, 553

33. Relações Étnico-Raciais

10, 378, 379, 380, 381, 388

34. Trabalho Pedagógico

416

35. Vulnerabilidade Social

35, 171, 181, 238, 339, 350, 517, 519,
530, 531, 565, 570, 584, 587

Esperançar!! Os desafios, as perspectivas e possibilidades deste verbo se revelam nesta obra, resultado de muitas mãos que tecem a reafirmação de que é possível provocar transformações nesta sociedade em que vivemos.

Este e-book é um dos resultados, uma síntese, do que vivenciamos no III Seminário Internacional de Serviço Social na Educação, realizado na cidade de Franca/SP, nos dias de 07 a 09 de dezembro de 2024. De fato, uma pequena, mas profunda síntese, pois revela alguns dos temas discutidos na terceira edição de um evento que já compõe a agenda do Serviço Social brasileiro.

Esta obra revela, desta forma, as marcas de um caminho que foi sendo aberto e trilhado de forma coletiva e participativa pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social da Educação (GEPESSSE) criado oficialmente no ano de 2010 mas com ações que já vinham se constituindo há mais tempo por suas e seus idealizadoras/es. Assim tem sido o percurso do GEPESSSE, um dos mais importantes coletivos sobre Serviço Social na Educação no Brasil e que, na sua trajetória, assume a tarefa de mobilizar, convidar, provocar e refletir de forma polifônica e dialógica com as/os estudantes, profissionais, gestoras/es e pesquisadoras/es de diferentes áreas do conhecimento.

Como nos inspira Paulo Freire, esperar não é simplesmente esperar, mas sim, levantar-se e juntar-se com as/os outras/os para fazer de outro modo! Este nosso e-book representa esse modo de pensar a educação e o Serviço Social como possibilidades de formação crítica, emancipatória, reflexiva e propositiva, dialogando entre diferentes experiências profissionais, entre diferentes áreas do conhecimento, entre diferentes realidades brasileiras e internacionais.

Embaladas/os e inspiradas/os pelas reflexões e experiências da educação popular, avançamos nos desafios e nas possibilidades de pensar e fazer Serviço Social na e da educação, projetando nossa participação nos processos de democratização da educação pública, laica, gratuita, intercultural, de qualidade e socialmente referencializada. Do chão das escolas públicas, dos Institutos Federais, das Universidades, das salas de aula e dos espaços de gestão, fomos somando e refletindo nossas experiências gerando um movimento que segue provocando mudanças históricas na nossa categoria profissional e nas políticas educacionais brasileiras.

Desejo que a leitura desta obra provoque nas leitoras e leitores a inspiração e a coragem necessárias para fazer da educação uma ferramenta de transformação na luta anticapitalista, antirracista, antifascista dentre outras frentes que nos provocam juntas/os a pensar num outro mundo possível!

Prof. Dr. Wagner Roberto do Amaral
Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Este livro que nos chega às mãos é a pura expressão do compromisso, determinação, entusiasmo e vitalidade coletiva das e dos assistentes sociais com a Educação no Brasil e países afins.

Ele nos alcança em um momento fundamental, visto a Lei 13935/2019. Contudo, importa destacar a magnitude metodológica do processo que o constituiu. Estamos diante de uma laboração única advinda de uma pesquisa robusta e de um processo de debates e produção acadêmica que envolveu sujeitos históricos, entidades de representação da categoria e instituições de ensino. Um trabalho como este, que certamente não se encerra neste livro, potencializa a luta, o trabalho e eleva a estima de uma categoria que no cotidiano intervém na dura realidade presente nas manifestações da Questão Social.

Após a leitura temos a certeza de que o Serviço Social está preparado para o trabalho multiprofissional na Educação. Somos uma rede espraiada pelo país, sustentada por referenciais teórico-metodológico e ético-políticos sólidos e críticos e que se vale do legado da geração de 1965 que orientou o fazer político pedagógico da profissão sob o horizonte da emancipação humana. Sigamos agradecidos às e aos “compas” do GEPESSSE que nos ensinam que esperar é preciso!

Profa. Dra. Kênia Augusta Figueiredo
Departamento de Serviço Social/SER/UnB
Programa de Pós-Graduação em
Políticas Sociais SER/ICH/UnB



GEPESSSE
Grupo de Estudos e Pesquisas sobre
Serviço Social na área da Educação

